

**A RECRIAÇÃO DO MUNDO EM *FOGO MORTO*: UMA ANÁLISE DO
PERSONAGEM CAPITÃO VITORINO**

*THE RECREATION OF THE WORLD IN FOGO MORTO: AN ANALYSIS OF THE HERO
CAPTAIN VITORINO*

Aristóteles de Almeida Lacerda Neto¹

Resumo: Este trabalho propõe uma análise do personagem capitão Vitorino, herói do romance *Fogo morto*, de José Lins do Rego, tendo como base a categoria do idealismo abstrato, proposta por Georg Lukács.

Palavras-chaves: Fogo morto, Herói, Idealismo abstrato, José Lins do Rego.

Abstract: *This paper exposes an analysis of the character Captain Vitorino, hero of the novel Fogo Morto, by José Lins do Rego, based on the category of abstract idealism, as proposed by Georg Lukács.*

Keywords: Fogo morto, Hero, Abstract idealism, José Lins do Rego.

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2012). Professor de ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Comparada. E-mail: aristotelesneto@gmail.com.

Introdução

O romance *Fogo morto* é considerado a obra-prima de José Lins do Rego, este um dos maiores representantes do regionalismo no romance brasileiro do século vinte. Esse livro, que integra o “Ciclo da Cana-de-açúcar”, destaca-se por sua construção em três partes, cada uma baseada em um personagem marcante e com traços da categoria lukacsiana do idealismo abstrato. A primeira, denominada “O mestre José Amaro”, apresenta o seleiro; a segunda, intitulada de “O engenho de Seu Lula”, ressalta o senhor de engenho decadente, coronel Lula de Holanda; já a última, “O capitão Vitorino”, sublinha os conflitos do capitão Vitorino Carneiro da Cunha, vulgarmente chamado de Papa-Rabo. É sobre esse último personagem que faremos nossa análise, trabalhando o conceito de idealismo abstrato, por ser o que mais se aproxima dessa tipologia de herói.

O herói do idealismo abstrato é aquele que empreende uma busca degradada de valores autênticos num mundo “desdivinizado” e mergulhado no conformismo. Como consequência dessa demanda inautêntica, é instaurado um conflito, uma ruptura insuperável entre o ser e a sociedade na qual está vinculado. A alma encolhida não abre espaço para a reflexão, o que desencadeia um processo constante de ação, dinamismo e mobilidade. As ações desenvolvidas por esse herói apresentam-se dissonantes com a realidade, criando situações tragicômicas. Não obstante, ele não se intimida, pois a ideia fixa funciona como uma blindagem, possibilitando, assim, que continue, mesmo que inocuamente, lutando para a concretização do seu projeto. A loucura, que é o motor dessa busca, faz com que o herói recrie o seu mundo, impulsionando-o ainda mais a chocar-se com a realidade efetiva (LUKÁCS, 2000).

A caracterização feita por Georg Lukács do idealismo abstrato pode ser verificada indubitavelmente no presente romance, sobretudo no personagem capitão Vitorino. Para uma melhor compreensão deste, iniciamos a abordagem pelo seu aspecto físico. Identificamos, num primeiro momento, que tem a cara larga (de cera), toda raspada, os seus cabelos são brancos, indicativos de sua velhice, e saem por debaixo do chapéu de pano, conferindo-lhe “um ar de palhaço sem graça.” (REGO, 2002, p. 67). A cor da sua pele é branca e seus olhos são azuis (REGO, 2002, p. 96-97). Como complemento da sua configuração exterior, mencionamos a égua arrumada, a tabica, o punhal e o fraque.

Capitão Vitorino: uma análise textual

A mobilidade é uma marca do capitão Vitorino, por isso a montaria é de capital importância, já que lhe serve como meio de transporte para suas andanças, dando-lhe um tom de cavaleiro. Ainda referentemente à égua, vale dizer que Vitorino demonstra uma feição especial: “Tenho estimação pelo diabo desta égua. Não troco ela por muito cavalo de fama que anda por aí. Ela tem um baixo, compadre, que parece de seda.” (REGO, 2002, p. 110). Por outro lado, as condições precárias da égua, que “mostrava os ossos, a sela velha, roída, a manta furada, os freios de corda”, bem como, ainda por cima, “vazava água por um dos olhos” e tinha a brida arrebitada que lhe “enterrava de boca adentro” (REGO, 2002, p. 67), são reveladoras do estado de decadência e evidenciam a figura risível do seu dono. Ela tem relação direta com a alcunha pejorativa do capitão – Papa-Rabo².

No tocante à tabica, na verdade, uma espécie de chicote, Vitorino usa-a quando afrontado. A manipulação desse chicote significa uma resposta ao achincalhe feito pelas pessoas, quando, por exemplo, chamam-no de Papa-Rabo.

Exemplificando, temos:

Um moleque escondido atrás duma moita de cabreira apareceu de repente na frente do animal para espantá-lo. – **Papa-Rabo, Papa-Rabo!**

Vitorino sacudiu a tabica que golpeou o vento com toda a força.

– Papa-Rabo é a mãe, filho da puta.

E o moleque a gritar, quase que nas pernas do velho enfurecido. Vitorino queria que a égua tivesse força para atropelar o atrevido; fincava as esporas, e nada; era aquele passo preguiçoso, aquele se arrastar de ossos velhos. Lá mais para longe gritou outro moleque:

– O rabicho caiu.

A figura de Vitorino era toda de indignação, de um desespero terrível.

– Cambada de cachorros. Eu sou Vitorino Carneiro da Cunha, homem branco, de respeito.

Falava só, gesticulava como se mantivesse um diálogo com um inimigo. **Sacudia a tabica com uma fúria de louco.** (REGO, 2002, p.68, grifo nosso)

² Vale dizer que posteriormente, capitão Vitorino troca definitivamente a sua égua por uma burra. Nesse interregno, ele utiliza – apenas por uma vez – a burra escura do coronel Anísio do Recreio: “(...) O dia começava a esquentar quando apareceu o velho Vitorino numa burra escura.

– Muito bom dia, meu compadre [– disse Vitorino].

– Bom dia [– respondeu o mestre José Amaro]. Montaria nova?

– Nada. Isto é do coronel Anísio do Recreio. Cheguei lá ontem de madrugada, depois de uma viagem puxada, e a minha égua não aguentou. E o homem me ofereceu este animal para acabar a viagem. Fiquei com uma pena danada de deixar a égua por lá. Mas era o jeito. Tinha que tratar com o doutor Samuel de um assunto sério. E ele estava de viagem para Goiana. Cheguei a tempo. O diabo desta burra me machucou todo. Tem uma pisada de pedra” (REGO, 2002, p. 137).

Notamos nesse texto a reação indignada de capitão Vitorino após a afronta dos dois moleques. Ficam em relevo a vociferação e a maneira como o capitão manuseia o seu chicote, ou seja, ele atinge furiosamente o ar, golpeando o vento, o vazio. Como fica perceptível, o alvo não é atingido (os moleques), afinal o vazio é quem “sofre” com as chicotadas. Esses golpes têm uma conotação de agressividade, porém são o símbolo da gratuidade de suas ações, consoante Ferreira (1975, p. 64); sem contar que revelam a sua ingenuidade. A respeito da tentativa do capitão Vitorino em atropelar um dos “algozes”, assinalamos a dificuldade da égua em responder às intenções do seu dono, reforçando o caráter degradado do herói romanesco.

No entanto, nem sempre a tabica de Vitorino é golpeada contra o vazio. Ela é a arma desferida – com êxito – contra o delegado José Medeiros:

(...) Eu estava em conversa com o doutor Samuel quando me passa pela calçada o José Medeiros. Eu nada tinha que ver com malquerença de ninguém. Passou por mim e não falou. Aí fui a ele: “Então, seu José Medeiros, por que não me cumprimenta?” E o bicho achou de me responder como não devia. “Comigo não, José Medeiros. Primeiro vá lavar as ceroulas que sujou com a visita dos cangaceiros.” *Ele veio para mim de mão aberta e eu me fiz na tabica. Dei-lhe na cara. Lá isto dei.* (REGO, 2002, p. 285, grifo nosso)

O chicote é uma insígnia do poder judiciário e representa o direito de infringir castigos (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1998, p. 233). A reação de Vitorino à desídia do major José Medeiros é proporcional ao seu orgulho e está congruente com a sua ideia de justiça. Como um homem de patente, merecedor de respeito, ele cumprimenta educadamente o delegado. Porém, este não lhe dá ouvidos. Querendo compreender o fato, Vitorino pergunta para José Medeiros o motivo pelo qual não merece sua atenção. Ao responder com despeito, o major recebe do capitão uma tabicada desferida em sua cara, uma forma de repelir o “crime”. A chicoteada é o castigo para aquele que fere a honra e não respeita o homem de sua envergadura, mesmo que seja contra uma autoridade constituída, como no caso em tela.

A origem da fúria de Vitorino, muitas vezes, reside no apelido de Papa-Rabo. Essa alcunha vai de encontro ao seu orgulho. Ele se autoapresenta como capitão Vitorino Carneiro da Cunha, fazendo questão de reforçar seus laços familiares, seu berço, sua tez branca. Como temos ciência, ele é o primo pobre do Coronel José Paulino, dono do Engenho Santa Rosa e mandatário do poder local. A patente também é enfatizada. Mesmo ela tendo sido comprada,

Vitorino utiliza-a como critério distintivo para sua pessoa³. O orgulho do parentesco contraria, em parte, a aspiração de Vitorino em acabar com a oligarquia, através de sua militância política.

Vitorino, na concepção dos seus conterrâneos e parentes, é tratado como um menino, um vagabundo, um velho bobo, um doido. Isso se dá em decorrência das suas andanças contínuas e aparentemente sem sentido, da sua mania de coragem, honra, orgulho, da graça de suas ações, palavras e da sua própria fisionomia. Por isso, “todos que o viam lá vinham com deboche” (REGO, 2002, p. 69).

A síntese da real situação de Vitorino está nas constatações de sua mulher, sinhá Adriana:

(...) E Vitorino? Ficou com medo. Quando o marido dava para implicar com uma criatura ficava uma coisa impossível. Fora assim com o capitão José Me-deiros, e deu no que deu. O capitão enraivecido partira para Vitorino como uma fera, só não tendo feito uma desgraça porque pegaram o homem. Agora estava com o major Quinca Napoleão. Admirava-se que houvesse gente que desse ouvido às tolices de Vitorino. Tivera mais de uma vez de se valer do povo do Santa Rosa, para tirar Vitorino de embrulhadas. Quando ele brigara com um moleque do Engenho Recreio e quebrou a cabeça do infeliz com uma pedra, o juiz de direito botara processo para prender Vitorino. Não deu certo porque ela saiu de engenho a engenho, pedindo pelo marido. O dr. juiz fizera o diabo. Só porque o Vitorino andava dizendo besteiras sobre a vida dele, fazendo aquelas graças bobas. (REGO, 2002, p. 95)

A preocupação de sinhá Adriana está na segurança de seu marido. Apesar de o capitão Vitorino não lhe prestar o reconhecimento devido, tratando-a mal, ela atua como suporte financeiro/emocional e como sua “protetora”, muitas vezes cuidando até de seus ferimentos, de suas dores. Enquanto o marido ocupa-se de andar sem rumo, ela provê o sustento da casa. À medida que Vitorino envolve-se em confusões, dizendo impropérios e fazendo tolices, sua esposa tenta interceder por ele, como fica patente no fragmento acima, em que roga ao coronel José Paulino, parente do seu esposo, pessoa muito influente e poderosa da região, para intervir no caso do processo, evitando a sua instauração, e, por conseguinte, livrando Vitorino de um litígio. Interessante notar que Adriana reconhece que o seu marido é ingênuo e age sem maldade, portanto, não compreendendo o fato de as pessoas levarem-no a sério, maltratando-o.

³ “(...) não era homem para debiques. Era o capitão Vitorino Carneiro da Cunha, de gente muito boa da Várzea da Paraíba. Tivera um primo barão no governo da província (...), era homem branco, o pai fora filho dum marinheiro de Goiana” (REGO, 2002, p. 69).

“[Uma mulher cumprimentou Vitorino:] – Bom dia, seu Vitorino.

– Dobre a língua, não sou de sua laia. Capitão Vitorino. Paguei patente foi para isto [– respondeu o capitão].” (REGO, 2002, p.68-69).

Já na perspectiva do Mestre José Amaro, o capitão Vitorino *a priori* não desfruta de um bom conceito, é um maluco, tem cabeça de doido. Complementando a sua concepção sobre o compadre, vejamos a passagem que se segue: “– Nesta casa mando eu. Quem bate sola o dia inteiro, quem está amarelo de cheirar sola, de amansar couro cru? Isto aqui não é casa de Vitorino Papa-Rabo. Isto é casa de homem.” (REGO, 2002, p. 52). A alusão à figura de Vitorino é visivelmente pejorativa: ao prenome ele acrescenta o cognome depreciativo – Papa-Rabo –, suprimindo o patronímico. O mestre José Amaro quer na comparação demonstrar o seu vigor, refutando a reprimenda de sua mulher, dona Sinhá, acerca do seu comentário sobre Marta. Para tanto, rebaixa o seu compadre, ao afirmar que ele não tem pulso, não é homem, por não dar as diretrizes em casa pelo fato de não trabalhar para garantir a sobrevivência da família, diferentemente do que ocorre em seu lar. Esse ponto de vista do seleiro encontra-se em consonância com os resquícios do patriarcado que está plasmado no contexto.

No entanto, ao longo da narrativa, o mestre (assim como outros: Adriana, José Passarinho, cego Torquato etc.) vai modificando a sua visão com relação a Vitorino, conforme verificamos na passagem a seguir:

Aquele velho era como se fosse uma criança grande, um menino levado dos diabos. No fundo, naquele instante, ele admirava Vitorino. Vitorino dizia tudo o que ele desejava dizer. Tudo que lhe ia na alma sobre os grandes da terra era o que aquele velho desbocado gritava aos quatro ventos, na cara dos poderosos. (REGO, 2002, p. 107-108)

Aqui, para o mestre, Vitorino é um referencial de destemor, pois o mesmo não se rebaixa frente aos poderosos da terra. Enxergando sob este novo prisma, o seleiro altera, desse modo, o juízo que fazia dele, já que eleva o compadre à posição de admiração, por sua postura. Vale salientar, neste momento, o contexto social e político. Pilar é uma cidade da Várzea, estado da Paraíba, cuja atividade principal é a produção de açúcar. O poder político está concentrado nas mãos dos senhores de engenho, dos que detêm dinheiro. Quando da ocasião dessa consciência pelo seleiro, Vitorino havia sofrido uma agressão por atacar com palavras o major Quinca Napoleão. O ato do capitão que busca a correção da injustiça (ideal de justiça), afronta o poder estabelecido, numa verdadeira inadequação a sua realidade. Destarte, aproxima-se bastante do que Lukács apresenta em relação ao idealismo abstrato, tendo como parâmetro o herói cervantino Dom Quixote de La Mancha.

A propósito da mudança de concepção acerca de Vitorino, convém delinear o episódio em que ele se veste como um causídico, assumindo esse mister. Na sua nova posição, Vitorino

arruma-se a caráter, encarnando definitivamente esse papel, que é consentâneo com os ideais que crê:

Vinha na égua magra, com a cabeça ao tempo, toda raspada. Saltou para uma conversa e estava vestido como um doutor, de fraque cinzento, com uma fita verde e amarela na lapela. O mestre José Amaro olhou espantado para a vestimenta esquisita.

– Estou chegando, compadre, do Itambé. O doutor Eduardo tinha um réu para defender e me mandou chamar no Gameleira para ajudá-lo. Lourenço, o meu primo desembargador, me disse: “Olhe, Vitorino, você para ir à barra do tribunal do júri precisa desse fraque.” E me deu este. É roupa feita do Mascarenhas, de Recife. Botei o bicho. Então o primo Raul me chamou para um canto para dizer que eu precisava cortar os cabelos. O desgraçado do barbeiro da Lapa tosquiou-me a cabeleira, o jeito que tive foi de raspar tudo. Raul passou-me a navalha na cabeça. Me disseram que era moda no Recife para advogado. Quando cheguei no Itambé o júri já tinha se acabado. O doutor Eduardo ficou muito triste, mas me deu duas causas para defender no Pilar. Ele mesmo me disse: “Vitorino, você fala melhor que Manuel Ferreira.” Eu disse a ele: “Não é vantagem. O Manuel Ferreira é mais burro que o doutor Pedro de Miriri.” Pois é isto, meu compadre, estou com estas vestes de doutor. Querendo os meus serviços é só mandar me chamar. O doutor Samuel me prometeu umas causas. O que eu posso lhe dizer é: papel de Manuel Ferreira, eu não faço. (REGO, 2002, p. 179)

Extraí-se desse excerto o desejo incontido do capitão Vitorino de defender uma causa, que é, no fundo, o seu ideal de justiça. Incorporando as vestimentas e o jeito de advogado, acalenta a sua face megalomaniaca, mas, fundamentalmente, acredita que está, dessa maneira, dando a impressão de mais confiabilidade na sua capacidade de interceder pelos necessitados, imbuído do poder de agir como um doutor. Todavia, como percebemos no espanto do mestre, a sua fisionomia acaba tornando-se ainda mais grotesca, o que aponta para a sua inadequação ao meio.

O fraque, para Vitorino, analogamente tem a função da armadura para o herói épico e até mesmo o cavaleiro medieval. Ou seja, é o traje que revela a sua disposição para o combate. Na hipótese do paladino nordestino, a luta que almeja é contra a brutalidade do meio, do autoritarismo. A fita, que tem um ar patriótico, notadamente conferido pelas cores, como componente dessa vestimenta, reveste-se de um outro simbolismo. Em conformidade com a conceituação de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1998, p. 432-433), ela é um signo do desabrochar, que se orienta para a manifestação de um triunfo. É ainda a marca de um ato de coragem, de uma ação generosa, que se avizinha da heroica. Na situação relatada ao compadre pelo advogado *ad hoc*, a sua primeira demanda jurídica foi perdida porque chegara atrasado. Contudo,

sabemos que alcançará (pelo menos na sua compreensão) seus objetivos, cobrindo-se de vitórias efetivadas plenamente apenas em sua mente.

No que concerne ao cabelo, mais precisamente ao ato de raspá-lo, mostra-se oportuno evocarmos o ensinamento de Van Gennep⁴, que o entende como um rito de passagem do herói, já que o ato simboliza a cisão de uma vida para outra, o início de uma nova vida para o neófito, que mergulha no sagrado. Esse rito de separação em **Fogo morto** para o capitão Vitorino ganha um relevo rebaixado e até cômico⁵, pois, diferentemente do que ocorre com o herói mítico, há uma profanação do ritual: Vitorino é orientado a cortar o cabelo a fim de contribuir para a composição do papel assumido, porém acaba tendo que ter a cabeça raspada com a navalha, o que segundo diziam estava dentro da moda em Recife. Por outro lado, a cabeça raspada compõe juntamente com o fraque e a fita uma simbologia da reviravolta que o personagem vai experimentar.

Solidificando a transfiguração de Vitorino, apontamos a troca da sua égua por uma jumenta:

A burra velha batia o rabo com as moscas que lhe cobriam a anca em ferida.
– É um animal de primeira ordem. Apanhei na feira de Itabaiana. Um cigano pensou que me enganava. Dei-lhe a minha égua e ele em troca passou-me esta burra. Tem baixo, e é animal de fôlego duro. Não troco por muito cavalo que anda por aí com fama de bom. O diabo do cigano levou uma tabacada dos diabos. Meu compadre, Vitorino Carneiro da Cunha tem quengo. (REGO, 2002, p. 314)

As condições do animal são deploráveis, ele mal suporta o peso do seu dono. Além disso, a burra, de fato, está praticamente no mesmo patamar de degradação da égua: os dois animais são velhos e lentos. Mas, no pensamento de Vitorino, consoante com o expresso na explanação ao mestre José Amaro, a jumenta é um bicho de primeira (“tem baixo” e “fôlego duro”), superior a muito cavalo afamado. Por isso, a troca realizada foi vantajosa, um ato de inteligência, de quem tem “quengo”. É relevante dizer que há a conservação do vínculo entre o herói e sua montaria, apenas, aprioristicamente, havendo uma substituição do animal, não do elo. Ou seja, Vitorino mantém-se em contínuo deslocamento.

Aprofundando a investigação, identificamos que tal mudança transcende a essa significação:

⁴ “Os ritos de separação compreendem em geral todos aqueles nos quais se corta alguma coisa, principalmente o primeiro corte de cabelos, o ato de raspar a cabeça (...)” (*apud* BRANDÃO, 2003, p. 30).

⁵ “As abas do fraque caíram no chão, a fita da lapela mexia com o vento. A cara grande de Vitorino, com a cabeça raspada, parecia de cômico envelhecido, de palhaço cansado” (REGO, 2002, p.181).

A jumenta (...) é símbolo de paz, de pobreza, de humildade, de paciência e de coragem e, em geral, é apresentada sob uma luz favorável na Bíblia: Samuel parte em busca de jumentas extraviadas; Balaão é instruído por sua jumenta, que o adverte da presença de um anjo de Jeová; José leva Maria e Jesus no lombo de uma jumenta para o Egito, a fim de fugir às perseguições de Herodes; antes da Paixão, o Cristo faz sua entrada triunfal em Jerusalém montado numa jumenta. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1998, p. 95, grifo nosso)

Com fundamento nessa simbologia, é possível fazermos uma leitura messiânica do capitão Vitorino⁶, que toma para si a proteção dos marginalizados, enfim, dos injustiçados, defendendo e lutando por eles. Assim, a jumentinha de Vitorino representa a pobreza em que vive, a sua coragem para enfrentar os poderosos, bem como é um índice da humildade (disponibilidade para a causa do outro) que vivencia.

Ratificando esse entendimento, lembramos a ocasião em que Vitorino é preso pela primeira vez por ordem do tenente Maurício, chefe da força policial, encarregada de capturar os cangaceiros liderados pelo capitão Antônio Silvino:

A tropa saiu com o capitão Vitorino Carneiro da Cunha todo amarrado de corda, montado na burra velha que os soldados chicoteavam sem pena. Corria sangue da testa ferida do capitão. A luz vermelha da madrugada banhava o canavial que o vento brando tocava de leve. Marchava o capitão na frente da tropa, como uma fera perigosa que tivessem domado com tremendo esforço. Os moradores vinham olhar e os homens se espantavam de ver o velho que todos sabiam tão manso, amarrado daquele jeito. Vitorino falava alto:
– Estes bandidos me pagam.
Os meninos que gritavam para ele aquele ‘Papa-Rabo’, não podiam imaginar o que fosse aquilo tudo. (REGO, 2002, p. 324-325)

Essa caminhada para o capitão Vitorino rumo à prisão do Pilar, em que vem atado à sua burra, lembra a entrada de Jesus Cristo em Jerusalém, antes de cumprir a sua missão – salvar os injustiçados. O olhar de espanto é a tônica dos que acompanham tal périplo; até as crianças que brincam com Vitorino ficam surpresas. Destemidamente, capitão Vitorino rejeita a injustiça que o aflige. A posição destacada à frente da tropa, ainda mais nos moldes em que ocorre (amarrado como bandido indomável e perigoso), aponta para o seu triunfo, o que remete para a glória de Cristo (vitória sobre o pecado, através da sua paixão e ressurreição). No que respeita à causa dos condenados pela sociedade, Vitorino, assim como Jesus, doa-se para que haja justiça, salvação: “Era homem para morrer pelos seus constituintes.” (REGO, 2002, p. 382). A diferença

⁶ “O seu messianismo torna-se então, realmente efetivo, concreto; realiza-se no aqui e agora, em favor dos pequenos, injustiçados por uma estrutura social obsoleta e desumana” (FERREIRA, 1975, p. 74).

é que o primeiro oferece resistência (esbravejando, gritando, dando tabicada, ameaçando com o punhal); o segundo oferece a outra face, relevando as ofensas e a violência.

Ainda quanto a essa prisão, salientamos os desdobramentos atinentes. Protestando contra a violência policial, pois “todos queriam bem ao velho desbocado, mas cheio de tanta bondade”, o juiz municipal, dr. Samuel, o coronel José Paulino, dr. Juca e outros senhores de engenho, tentam livrar o capitão Vitorino da cadeia. Irredutível, o tenente resiste. O cativo é remetido para a capital do Estado, atendendo à solicitação do chefe de polícia. Por seu turno, visando demonstrar a sua força, a polícia espalha o pavor pelas “ruas pobres” do Pilar, somente deixando-as aliviadas no outro dia, quando se dirige para os arredores de Itabaiana. A arbitrariedade policial cometida contra Vitorino é objeto de uma matéria jornalística:

Saíra um artigo no *Norte* com queixa contra o tenente. O capitão Vitorino Carneiro da Cunha era apontado como um cidadão pacato que levava uma surra da força volante. No outro dia apareceu uma retificação. Era Vitorino que procurava o redator para contar tudo como se passara. Não levava surra nenhuma. Em luta com o tenente, que procurava humilhá-lo, fora ferido. Reagira à prisão. Toda esta perseguição só podia atribuir às suas atitudes políticas. Estava contra o governo. Era correligionário da candidatura Rego Barros. Pois ficasse o governo certo de que não havia força humana que o arredasse do seu caminho. Ele e todo o seu eleitorado iriam às urnas para salvar a Paraíba dos oligarcas. (REGO, 2002, p. 328-329)

Capitão Vitorino, colocando-se como homem de oposição, já que não comunga com os desmandos praticados pelos políticos da sua terra, milita em prol de mudanças, criticando os mandatários, incluindo parentes seus, como, por exemplo, o coronel José Paulino, por suas práticas de corrupção, exploração dos desfavorecidos e favorecimento dos mais ricos, através da sonegação fiscal. A sua vontade de “afastar” a oligarquia, expressada pelo périplo que desenvolve, tencionando convencer o eleitorado com os seus argumentos e seus gestos, são os assuntos da sua obsessão. Devido a ela, qualquer acontecimento assume a feição de perseguição por motivação político-eleitoral. É o caso de sua prisão. A origem dela está na atitude de Vitorino de não se submeter às ordens e aos caprichos do tenente Maurício, desacatando-o. Desrespeitado, o policial não tem alternativa, sob pena de ver a sua autoridade abalada. Então, prende e mantém o capitão nessa condição, apesar dos protestos e da interveniência de pessoas influentes.

Digna de nota é a repercussão do caso nos jornais. Seja na capital, espalhando-se pelo Estado, ou seja, em Recife:

(...) A resposta de Vitorino foi lida no Pilar, como mais uma do velho. Mas pelo estado correu a notícia da violência. Os jornais de Recife falaram no caso. Um homem de bem, proprietário na Paraíba, fora agredido pela força pública porque se mantinha contra a situação. Era tudo o que Vitorino mais queria na vida. Voltava assim da capital como um chefe. Agora falava por cima dos ombros. O coronel Rego Barros passara-lhe um telegrama do Rio com palavras de aplausos à sua atitude corajosa. Seria recompensado com a vitória da causa. Vitorino cabalava por toda parte. Pelos engenhos era recebido com gargalhadas. Todos lhe davam o seu voto. Pelos seus cálculos, o município era todo seu. Até o Juca do Santa Rosa estava com a sua chapa. (REGO, 2002, p. 329)

A matéria e a conseqüente retificação realizada por Vitorino (“Não levava surra nenhuma. Em luta com o tenente, que procurava humilhá-lo, fora ferido. Reagira à prisão”) são o mote para a sua megalomania. Sua versão para o fato está revestida de uma conotação de verdade, já que realmente ele dá margem para a ação enérgica do tenente Maurício. Contudo, o capitão dá uma outra interpretação (“Toda esta perseguição só podia atribuir às suas atitudes políticas. Estava contra o governo”), que corresponde apenas a sua obsessão eleitoral, desprovida de respaldo concreto. O disparate cristaliza-se quando Vitorino deslumbra-se com a “fama” e a “vitória” alcançadas pelo episódio. Estas se revertem, de acordo com sua lógica, em dividendos eleitorais (“Todos lhe davam o seu voto. Pelos seus cálculos, o município era todo seu”). Ao devaneio opõe-se notoriamente a gargalhada com que é recebido nos engenhos, o que implica que os apoios políticos arregimentados por ele são distorções fáticas, desenhadas e construídas pela imaginação. Mas, na mente do herói de *Fogo morto*, constituem-se em verdade incontestável.

Como percebemos, seus objetivos ficam mais evidentes: o democrático, eleger o coronel Rego Barros, e o de cavaleiro da justiça, em favor dos oprimidos, enfrentando os opressores, os poderosos. Tais ideais estão intrinsecamente unidos. O voto é para Vitorino o instrumento da mudança, a possibilidade de os pequenos darem uma resposta aos grandes. Acompanhemos a explicação do que é o voto, com a indicação do seu valor, dada pelo próprio capitão Vitorino ao mestre José Amaro:

– Um voto é uma opinião. É uma ordem que o senhor dá aos que estão de cima. O senhor está na sua tenda e está mandando num deputado, num governador. – Compadre Vitorino, eu só quero mandar na minha família.
– É por isto que esta terra não vai para diante. É por isto. É porque um homem como o meu compadre José Amaro não quer dar valor ao que tem. (REGO, 2002, p. 111)

A consciência política do capitão é bastante sensata e está calcada no ideal democrata de que a participação do povo é o verdadeiro motor da política. Os destinos do povo e de uma localidade são tidos como um reflexo da escolha realizada nas eleições. Esta noção está muito distante da realidade modelada no texto de José Lins do Rego, tendo em vista a influência do coronelismo e das oligarquias. O ceticismo do mestre com relação ao voto, por sua vez, reflete a descrença nas instituições, até porque as condições de opressão não possibilitam a reversão desse quadro desolador, que entrava qualquer esboço de esperança.

No decorrer do romance, sobretudo na terceira parte, as alusões ao capitão Vitorino passam a ser, em sua maioria, elogiosas, positivas. Ele passa a ser admirado e ganha o respeito das pessoas mais simples. As brincadeiras e o apelido de Papa-Rabo praticamente desaparecem. Corroboram isso as suas ações. Relativamente ao seleiro, mencionamos, ainda na primeira parte, a solidariedade do capitão no caso de Marta. Ele ajuda a levá-la para o Recife, a fim de que pudesse receber o tratamento para a sua enfermidade⁷. Além do mais, Vitorino assume as dores do mestre e assevera que vai procurar o coronel Lula, com o desiderato de garantir a permanência do seu compadre nas terras do Santa Fé. É interessante dizer que, para o caçador Manuel de Úrsula, Vitorino afirma que o mestre é quem o tomara para advogado (REGO, 2002, p. 316).

Cumprindo a promessa, capitão Vitorino vai ao encontro do coronel Lula e trata de política. Como o senhor de engenho tem aversão a este assunto, em face de um comentário Vitorino sente-se ofendido, desfeitoado. O entrevero complica-se no momento em que o capitão anuncia o outro motivo de sua visita: a defesa de um morador do Santa Fé. Num arroubo de prepotência, Lula apoia-se no seu poder de senhor de engenho para continuar com a intenção de expulsar o seleiro das terras que eram de sua propriedade. Como Vitorino não aceita desaforo começa a gritar. Em resposta, o coronel manda Vitorino embora, que só sai sem cometer uma violência, graças à presença de D. Amélia, esposa do senhor de engenho, que respeita.

Sublinhamos que, na mente de Vitorino, a sua figura, o seu valor, é quem afiança a continuidade do seu compadre nas terras do coronel Lula. Entretanto, sabemos que ela se pauta no bilhete em termos de ordem enviado pelo capitão Antônio Silvino a Lula. O recado é claro: “(...) o mestre José Amaro tinha que ficar no sítio, até quando ele [capitão Antônio Silvino] bem quisesse.” (REGO, 2002, p. 318).

⁷ “[O mestre] quando viu o compadre alegrou-se. Agora as visitas de Vitorino faziam-lhe bem. Desde aquele dia em que vira o compadre sair com a filha para o Recife, fazendo tudo com tão boa vontade, que Vitorino não lhe era mais o homem infeliz, o pobre bobo, o sem-vergonha, o vagabundo que tanto lhe desagradava.” (REGO, 2002, p. 310).

A luta pelo oprimido independe do seu *status* e muito menos da posição política. A dependência vai habitar na necessidade. Com base nisso, Vitorino assume também a defesa do coronel Lula de Holanda (que é para ele um inimigo político), num sinal de desprendimento, que chega às raias da misericórdia. (REGO, 2002, p. 360-365).

Imputando como injusta a invasão feita pelo capitão Antônio Silvino no Santa Fé, capitão Vitorino, sem medir as consequências do seu ato (afinal ia lutar sozinho contra o bando mais temido do Nordeste), não se abate e, buscando desfazer o agravo, decide afrontar o capitão Antônio Silvino. Chegando próximo à casa de Lula de Holanda, Vitorino pede para falar com o capitão. O diálogo parece amistoso, no princípio. Impondo-se, na sequência, capitão Vitorino exige do chefe do bando que respeite os homens de bem, pois o que está fazendo com o coronel Lula de Holanda é uma miséria. Mostrando-se indiferente ao desejo e as bravatas de Vitorino, que reverberam a sua valentia, o cangaceiro enfim ameaça-o. Acuado ele tenciona puxar o punhal, contudo, leva uma coronhada de rifle na cabeça. Em seguida é levado para fora. Entrementes, dentro da casa, os cangaceiros suspeitam que o piano é o local onde o senhor de engenho guarda o ouro. O capitão Antônio Silvino solicita que D. Amélia toque uma música. Nervosa ela dedilha uma valsa triste. Paralelamente ao som do piano, o velho Vitorino não para de gritar. Cobra Verde, aquele que outrora havia dado a coronhada no herói, é incumbido de aplacá-lo. Ao invés dos gritos de Vitorino, apenas sobram os gemidos. Depois, nem isso; só o silêncio do herói.

Nesse ínterim, aparece o coronel José Paulino que oferece dinheiro para os cangaceiros, que já haviam destruído a casa quase por inteiro, objetivando localizar o ouro. Vitorino – não se dando por vencido – ressurgue com a cabeça branca sangrando na porta, vociferando: “– Estes bandidos me pagam.” Capitão Antônio Silvino, diante da insistência de Vitorino, dá o comando para que, mais uma vez, Cobra Verde aplique-lhe um corretivo. O coronel José Paulino intervéem em favor de Vitorino, dizendo que este não é homem de regular.

O repúdio de Vitorino é veemente: “– Não regula, coisa nenhuma. Vocês dão proteção a estes bandidos e é isto o que eles fazem com os homens de bem.” Nestas palavras, exsurge uma crítica aos senhores de engenho e aos cangaceiros, mais exatamente às relações escusas existentes entre eles. Arrastando-se, capitão Vitorino avizinha-se do capitão Antônio Silvino e o atinge com o seu verbo afiado e insolente, dizendo: “– (...), o senhor sempre foi da estima do povo. Mas deste jeito se desgraça. Atacar um engenho como este do coronel Lula, é mesmo que dar num cego.” Apesar da ordem para que se calasse, o velho desobedece: “– Esta [boca] que está aqui só se cala com a morte”.

A atuação de Vitorino no episódio da invasão do engenho Santa Fé realça o seu modo de ser. Ou seja, a crença inabalável no seu senso de justiça e na sua honra oferece uma atmosfera de segurança e determinação que norteiam seus gestos, por isso enfrenta os inimigos, falando, gritando, retrucando, dando tabicadas ou ameaçando utilizar o seu punhal.

Por falar nessa arma, salientamos a sua relevância na composição da personalidade do velho Vitorino. Acompanhem as seguintes passagens:

[Vitorino] trôpego, com o andar de quem não podia caminhar, dirigiu-se para a calçada. Segurou-se na porta e pálido, como um fardo, caiu sem sentidos. A mulher e o coronel José Paulino, ajudado por um soldado do destacamento, levaram o velho para a casa do escrivão Serafim que ficava defronte da cadeia. E quando voltou a si, olhou para os quatro cantos da sala, fixou em cada pessoa os seus olhos miúdos e apalpando-se, com a voz sumida:
– *E o meu punhal?*

(...)

[O juiz fala:] – Capitão, eu vim também aqui para tomar as providências para o inquérito. Já que a polícia não se mexe, vou eu mesmo cuidar disto. Precisamos quanto antes de um corpo de delito muito bem-feito.
– Corpo de delito? Em quem, doutor Samuel?
– No senhor.
– Em mim? Está muito enganado. Capitão Vitorino Carneiro da Cunha não é homem para corpo de delito. *Eu só quero que me devolvam o meu punhal. Foi uma arma que me deu o velho doutor Joaquim Lins do Pau Amarelo. É de muita estimação.* (REGO, 2002, p. 387-389, grifo nosso)

Segundo Chevalier e Gheerbrant (1998, p. 414), a faca tem ligação com a ideia de execução, no sentido judiciário. Aplicando esse simbolismo por extensão ao punhal de Vitorino, podemos afirmar que ela é um instrumento de efetivação e proteção dos seus princípios, bem como da sua honra. Em outros termos, é um elemento de justiça. Sendo assim, Vitorino quase sempre quando afrontado recorre a ele⁸.

Todavia, como preservar a sua integridade, como executar a justiça, se o punhal não estava em seu poder? Os fragmentos acima corroboram com essa noção. Após ser violentamente torturado pela polícia, Vitorino é liberado, por intermédio do coronel José Paulino. A sova é tão grande que ele não resiste e desmaia. A primeira preocupação, quando da recuperação de seus sentidos, remonta ao destino da sua arma. Mais adiante, ele insiste nessa indagação ao passo que refuta a possibilidade de realizar o exame de corpo de delito. A origem do punhal é

⁸ Como vimos, a tabica também é utilizada como meio de garantir a honra, restabelecendo a justiça.

explicitada: consiste em um presente do doutor Joaquim Lins do Pau Amarelo. Duas observações fazem-se necessárias.

A arma é para o herói mítico integrante da sua natureza. Ademais, em sendo uma dádiva divina, a arma clarifica a relação com os deuses⁹. Para o caso do protagonista de *Fogo morto*, identificamos resíduos desses aspectos. Obviamente, no mundo romanesco a ligação com a divindade está rompida, destarte a arma só pode ser um presente de um ser humano. Mas, como o próprio Vitorino acentua, o punhal (assim como ele mesmo) tem uma descendência de prestígio, pelo menos na sua concepção, provém de um velho doutor. No que tange à integração herói-arma, não resta dúvida quanto à semelhança. Porém, neste tópico é apropriado emendar que a luta experimentada pelo herói problemático tem um cunho eminentemente pessoal.

Sob o ângulo de execução da justiça, com sentido de vingança, como uma maneira de restabelecer a ordem, podemos associar ao punhal a figura do filho de Vitorino: “(...)Tenho um filho na Marinha, e tenho este punhal para furar barriga de cabra safado.” (REGO, 2002, p. 107). Os argumentos do capitão Vitorino são utilizados para ratificar a sua retidão em contraposição à falta de escrúpulos do major Quinca Napoleão, que, de acordo com o capitão, apropriou-se de terras. Objetivando impor-se na contenda contra o major, Vitorino renega a lei, colocando no mesmo plano o filho e o punhal. Assim sendo, apresenta ambos como suas armas. O orgulho do protagonista ancora-se no fato de ter um filho varão. Na inter-relação de circunstâncias do universo em que vive, isso representa uma segurança, um escudo contra a desfeita alheia¹⁰. Em se tratando de um filho militar, detentor de uma patente, há uma potencialização dessa imagem. É a glória encarnada. O trunfo de Vitorino contra a injustiça.

Edda Arzúa Ferreira (1975, p. 71) atesta que capitão Vitorino é caracterizado por sua contínua ação, sua constante movimentação. Verifiquemos o trecho abaixo:

⁹ Como exemplo, citamos o caso de Enéias. O herói troiano, na iminência de uma guerra com Turno, preocupa-se com o fato de não estar devidamente preparado, pois se encontra sem suas armas (elas foram deixadas em Cartago). Percebendo a sua preocupação, Vênus procura Vulcano, o deus artífice, com o desiderato de que este forje novas armas para o fundador da nova Tróia – Roma. O trecho que se segue é um comentário do herói da epopeia romana, que atesta a ascendência divina de suas armas: “(...) A deusa que me pôs no mundo me anunciou que me enviaria este sinal através dos ares para me testemunhar sua ajuda, as armas de Vulcano ...” (VERGÍLIO. *Eneida*. Trad. Tassilo Orpheu Spalding. São Paulo: Cultrix, 1999. p. 168).

¹⁰ Como ilustração desse pensamento, apresentamos as impressões de Adriana, esposa de Vitorino, ao contemplar o estado de Vitorino, marcado pela violência, depois de sua segunda prisão: “(...) Uma dormência de sono dominou a energia gasta [de Vitorino]. *Se Luís estivesse ali, ninguém ousaria tocar no pai que era a bondade em pessoa*. Na porta parava gente para ver o capitão Vitorino. (...) O padre Severino chegou à janela e chamou a mulher para conversar. Todos se mostravam consternados com o acontecido. *A velha Adriana só pensava no filho. Ele, que gostava tanto de ouvir nas gabolices, nas histórias de valentia, lá de longe nada poderia fazer por ele, espancado, esmurrado como um cão sem dono*” (REGO, 2002, p. 389, grifo nosso).

- *Minha velha, amanhã tenho que ganhar os campos. Não sou marica para ficar dentro de casa. As eleições estão aí e nestes últimos dias nada tenho feito.* Vou dar uma queda no José Paulino que vai ser um estouro.
- Vitorino, eu te acho muito machucado.
- Não tenho mais nada. Você não viu o compadre e o cego como estavam andando? Apanharam muito e não ficaram de papo pro ar numa rede como mulher parida. Um homem que se preza não deve se entregar. *Vou para a cabala, amanhã, na feira de Serrinha. Quero olhar para a cara de Manuel Ferreira.* Este cachorro vive na Serrinha roubando o povo com parte de que é deputado. É outra safadeza de José Paulino, deixar que vá para a Assembleia do estado um tipo como Manuel Ferreira. Boto abaixo tudo isto. (REGO, 2002, p. 400, grifo nosso)

Esse fragmento mostra-nos o diálogo entre o capitão Vitorino e sua esposa Adriana, que ocorre após o último incidente daquele com a força policial. Fica patente, principalmente, na parte grifada, o caráter ativo do personagem, que, ainda em recuperação, já quer voltar às andanças, às atividades políticas. O caráter ativo é delineado claramente pelo teórico húngaro como um aspecto do herói do idealismo abstrato.

O crítico José Maurício Gomes de Almeida destaca que capitão Vitorino é, “em sua meia-loucura generosa de perpétuo andarilho [...], uma espécie de D. Quixote sertanejo sempre em busca de agravos a desfazer, de injustiças a corrigir” (ALMEIDA, 1981, p. 200). Tal caracterização está em consonância com a conceituação de idealismo abstrato apresentada por Lukács. Este, no seu ensaio sobre o idealismo abstrato, toma como referência, para configurar a categoria, justamente Dom Quixote, personagem do livro homônimo, de Miguel de Cervantes, indicando-o como paradigma dessa tipologia. Os trechos citados anteriormente, bem como as considerações traçadas, vêm a confirmar a relação entre os heróis: capitão Vitorino, o cavaleiro do Pilar, e Dom Quixote, o cavaleiro da Mancha.

Para ficar mais explícito, ponderemos acerca dos seguintes fragmentos do texto:

(...) Vitorino, em pé, ao lado dos presos, não dava uma palavra. Todos olhavam para a sua figura. Era um grande dia de sua vida. Estava ali, na defesa dos seus homens. Teria que haver justiça para a causa que defendia. Quando o juiz leu a petição do *habeas corpus*, e que pronunciou o seu nome, olhou para a assistência basbaque. Todos estavam sabendo que ele não era um qualquer. O tenente Maurício encontrava homem pela frente. (REGO, 2002, p.380).

“(...) Duas horas depois, o delegado Medeiros era procurado pelo oficial de Justiça com o alvará de soltura para os presos. Vitorino comprara fogos do ar e estava na porta do juiz soltando-os, aos gritos. O estampido das bombas arastou a soldadesca para ver o que era. Quando viram o velho no meio da rua com o tição na mão, em regozijo pela vitória, foram a ele.” (REGO, 2002, p.381).

Neles, temos a cena em que Vitorino patrocina a causa do cego Torquato, do Mestre José Amaro e do negro José Passarinho, presos e torturados pela polícia de forma arbitrária. O capitão, então, impetra um *habeas corpus* para restaurar a liberdade dos apenados. O juiz concede a soltura, e Vitorino comemora sua vitória pessoal e parcial, já que não será acatada a ordem judicial.

O capitão Vitorino choca-se com o aparelho repressor do Estado, numa época em que os desmandos são comuns, sem temê-lo. Assim, lutando por justiça e, claro, pelos amigos, comete uma aparente loucura, máxime quando o opositor é um dos homens mais temidos, o tenente Maurício.

Considerações Finais

Ratificando a concreção da ruptura processada entre o herói e o mundo, trazemos à tona a epifania vivenciada por capitão Vitorino, expressa no final do romance (REGO, 2002, p. 395 e seguintes). Sentindo-se o dono do mundo, mesmo não possuindo nada (ou seja, bens e dinheiro), o capitão edifica o mundo que deseja, espelho das suas aspirações. Ele se vê no dia do seu êxito pleno, isto é, no momento em que passa a dirigir os destinos do seu município. O clima festivo de sua posse seria embalado pela música, pelo discurso do dr. Samuel; haveria também dança. “Era o chefe, era o mais homem da terra”, em sendo assim na sua administração não haveria tolerância com a corrupção e os desmandos administrativos, que castigam o povo. A equipe de seu governo possuiria um perfil balizado pelos padrões éticos que norteiam a sua conduta. Por exemplo, para delegado precisaria de um homem corajoso, que não permitisse arruaça de tenente Maurício ou de qualquer outro indivíduo. Este homem seria Augusto do Oiteiro (“rapaz enérgico, e merecia confiança”). Com a finalidade precípua de deixar o Pilar “um brinco”, exigiria primordialmente de Quinca Napoleão uma prestação de contas minuciosa. Outrossim, seria imprescindível encontrar um tesoureiro honesto, para gerir o dinheiro da municipalidade. “Chico Xavier era homem para isto”, independentemente de ter mantido vínculo com José Paulino, pois o que importava “era correção, cumprimento do dever”. Como tabelião escolheria o Rózeo de São Miguel – homem de família, de boa letra, com estudos, no lugar de Manuel Viana – sujeito com língua de cobra. No que respeita aos fiscais de feira, colocaria na cadeia a “súcia do Quinca Napoleão”. Os ricos não estariam imunes ao pagamento de tributos. Muito pelo contrário, ele e os seus fiscais cobrariam com rigor o dízimo de homens como José Paulino. Obras em benefício da população seriam erguidas, realizadas. Com o novo chefe político do Pilar, não tinha a história dos grandes mandando em pequenos; a lei seria cumprida,

se preciso até com o uso do punhal. “Ele de cima quebraria a goga dos parentes que pensavam que a vila fosse bagaceira de engenho.”

A utopia de capitão Vitorino não cessa, pois “continuou a fazer e a desfazer as coisas, a comprar, a levantar, a destruir com as suas mãos trêmulas, com o seu coração puro”. Senhor dos seus pensamentos, desconhecendo os limites de sua loucura libertadora e agindo livremente (oniricamente ou não), reformula o mundo. Entretanto, a essência do mundo exterior permanece incólume. A ação posta em execução pela subjetividade está em descontinuidade com a objetividade. Daí a não correspondência entre os mundos (o recriado e o dado) e o descompasso grotesco dos fatos e seus significados.

Do exposto, realçamos que há uma convergência do nosso aparato crítico com o teórico, já que evidenciam: a busca pelos valores autênticos (a efetivação da justiça: “*Teria que haver justiça para a causa que defendia*” e “*Dois horas depois, o delegado Medeiros era procurado pelo oficial de Justiça com o alvará de soltura para os presos*”); o caráter dinâmico; a inadequação (loucura), expressada pela oposição ao poder (policial, político e paralelo, isto é, do cangaço), sem temer retaliação, e ainda com direito à comemoração – “*Vitorino comprara fogos do ar e estava na porta do juiz soltando-os, aos gritos*”.

Referências

ALMEIDA, J. M. G. *A tradição regionalista no romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

BRANDÃO, J. S. *Mitologia grega*. 10. ed. v. 3. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. Trad. Vera da Costa Silva et al. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

FERREIRA, E. A. *Integração de perspectivas: contribuição para uma análise das personagens de ficção*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

LUKÁCS, G. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000.

REGO, J. L. *Fogo morto*. 57. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

VERGÍLIO. *Eneida*. Trad. Tassilo Orpheu Spalding. São Paulo: Cultrix, 1999.

Submetido em: 15.02.2023

Aceito para publicação em: 6.03.2023